
	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b> DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO	
---	---	---

## SOLICITAÇÃO DE CADASTRO NAS INSTALAÇÕES DO PJe E TERMO DE COMPROMISSO

**ENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA**

Pelo presente, o(a) \_\_\_\_\_],  
 [Assembleia Legislativa, Autarquia Estadual, Município, Câmara Municipal, Autarquia Municipal, ....] criado(a) pela [Lei , ....] instalado(a) em [.....], inscrito(a) no CNPJ nº ....., [e-mail: .....], site: , com endereço no(a) [ .....], na cidade de [...../MA], CEP: [.....] , representado(a) pelo(a) [Presidente, Prefeito(a), Diretor, .....], o(a) Senhor(a) ....., inscrito(a) no CPF sob o número [.....], com residência na [.....] CEP.: [65..... ] , na cidade de [...../UF], ao tempo em que informa que [ possui / ou não possui] órgão de representação processual criado por lei e instalado, solicita o cadastro da Pessoa Jurídica da Administração Pública [ Indireta ou Indireta] nas instalações de 1º e 2º Graus do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, para fins do disposto na Lei nº 13.105/2015, art. 246, §§ 1º e 2º, em cumprimento ao teor do art. 1.050, pelo que **declara**, para todos os efeitos, **estar ciente que deve: I) manter atualizado o cadastro de seu(s) procurador(es) nas instalações de 1º e 2º Graus do Sistema**

**PJe; II) fazer e manter atualizado o cadastro do(s) gestor(es) e/ou assistente(s) de seu(s) procurador(es) nas instalações de 1º e 2º Graus do Sistema PJe; III) fazer uso adequado das senhas recebidas e atualizadas para acesso ao sistema quando não estiver utilizando certificado digital, nos termos da legislação em vigor; IV) manter acesso diário às instalações de 1º e 2º Graus do Sistema PJe por seu(s) gestor(es) e/ou usuário(s) autorizado(s), para fins de recebimento dos expedientes (citações, intimações e/ou notificações), conforme disposto no art. 5º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006; V) e, quando vago o cargo de Procurador-Geral, o credenciamento do gestor titular será feito pelo CPF do(a) Presidente(a), do(a) Prefeito(a), do(a) Diretor(a), para fins de administração dos ambientes gerados pelo Sistema PJe, acompanhamento e recebimento das comunicações processuais, bem como o acesso ao conteúdo integral dos autos digitais em que o ente público figure como parte, por força do disposto na letra do art. 75, III, do CPC, viabilizando a prática e as respectivas comunicações dos atos processuais, inclusive as citações, para fins de cumprimento do disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 11.419/2006, e art. 246, IV, §§ 1º e 2º, do Novo Código de Processo Civil, que tratam das comunicações dos atos processuais por meio eletrônico - citação, notificação e intimação via sistema ou portal; e VI) havendo designação, credenciar, com o perfil de gestor, o Procurador designado para atuar com gestor titular e um substituto para acompanhamento e recebimento das comunicações processuais, bem como para o acesso ao conteúdo integral dos autos judiciais em que figure como parte; VI) encaminhar à Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça o formulário de credenciamento regularmente preenchido, devendo constar o endereço completo, o CNPJ e o e-mail; e, VII) respeitar e cumprir fielmente todas as normas aplicáveis ao processo**

judicial em formato eletrônico, nos termos da lei e suas regulamentações, exercendo todos os seus direitos, assumindo as respectivas obrigações, sujeitando-se às sanções e/ou penalidades aplicáveis, quando e se for o caso. Declara, por último, ter ciência de que o presente termo fundamenta-se na Lei 11.419/2006, na Lei nº 13105/2015, nas Resolução nº 185/2013 e Resolução nº 234/2016 do Conselho Nacional de Justiça e na Resolução nº 52/2013 do Tribunal de Justiça do Maranhão, e que não envolve transferência de recursos, a qualquer título, presente ou futuro entre os partícipes. Ao firmar o presente, o(a) representante legal do(a) solicitante atesta perante o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - TJMA**, para todos os fins e efeitos, estar em pleno exercício de todos os poderes decorrentes de sua investidura no Cargo para validamente vincular a pessoa jurídica aos compromissos firmados neste instrumento, nos termos da lei, e que os conteúdos dos documentos que o acompanham são reproduções autênticas dos respectivos originais, revestidos de validade e vigência. O presente termo é **encaminhado**, com seus anexos, devidamente assinado pelo(a) Senhor(a) [Presidente, Prefeito(a), Diretor, ....] em pleno exercício das funções do cargo, **ao TJMA**, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

[Cidade / UF, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

[Assinatura com firma reconhecida]

[Presidente, Prefeito(a) , Diretor, ....]